

PARTE I – PROVA OBJETIVA

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 01

Assinale a alternativa correta:

- I) Tem efeito de prova pré-constituída o crédito tributário devidamente inscrito na dívida ativa tem presunção absoluta de liquidez.
 II) O prazo decadencial para o Fisco cobrar os tributos é de cinco anos, devendo ocorrer a notificação do lançamento ao sujeito passivo. É a notificação do lançamento ao sujeito passivo que confirma o crédito tributário.
 III) A obrigação tributária tem seu nascedouro com o lançamento e sua extinção com o fato gerador.
 IV) Se ocorrer a decadência do direito para a constituição do crédito tributário, não poderá a Fazenda Pública proceder o lançamento referente ao tributo decaído.
- a) I e II apenas estão corretas
 b) I e III apenas estão corretas
 c) I e IV apenas estão corretas
 d) II e IV apenas estão corretas

QUESTÃO 02

Complete os espaços em branco no texto abaixo:

A é da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A envolve apenas a fiscalização e a cobrança dos; os órgãos não podem legislar sobre eles. Importante enfatizar que o princípio da é um princípio inerente a isonomia, tratando os desiguais de forma desigual, podendo assim, o tributo ser cobrado de acordo com as possibilidades de cada um.

A assertiva correta é:

- a) competência tributária; capacidade tributária, tributos; capacidade contributiva.
 b) capacidade tributária; competência tributária, tributos; capacidade tributária.
 c) competência tributária; competência tributária, tributos; da estrita legalidade.
 d) capacidade tributária; capacidade tributária, tributos; da estrita legalidade.

QUESTÃO 03

Os tributos, quanto às suas funções, classificam-se em fiscal, extrafiscal e parafiscal. Sendo Assim, assinale a resposta correta sobre a função fiscal do IPTU e do ISSQN, respectivamente:

- a) fiscal e extrafiscal;
 b) fiscal e parafiscal;
 c) extrafiscal e fiscal;
 d) fiscal e fiscal.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa que elenca os principais princípios jurídicos da tributação:

- a) legalidade, anterioridade, competência, igualdade, capacidade contributiva e vedação de confisco

- b) legalidade, anterioridade, competência, igualdade, vedação de confisco e liberdade de tráfego
 c) legalidade, anterioridade, competência, igualdade, capacidade contributiva, vedação de confisco e liberdade de tráfego
 d) legalidade, autoridade, competência, igualdade, vedação de fisco e liberdade de transmissão.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa incorreta:

- a) o lançamento tributário pode ser direto, por declaração ou por homologação;
 b) qualquer dos entes federados podem instituir o empréstimo compulsório;
 c) contribuinte é todo sujeito passivo que tem uma relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador;
 d) o fato gerador é a situação que gera a obrigação tributária.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa incorreta quanto à obrigação tributária em geral:

- a) São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;
 b) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;.
 c) Salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.
 d) Salvo disposição de lei em contrário, a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, não favorecerá ou prejudicará aos demais.

QUESTÃO 07

Não é causa de extinção do crédito tributário:

- a) a compensação.
 b) a transação.
 c) a remissão.
 d) o depósito do seu montante integral.

QUESTÃO 08

Quanto à constituição do crédito tributário e seu lançamento, é incorreto afirmar que:

- a) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
 b) A atividade administrativa de lançamento é discricionária, fundada em critérios próprios de oportunidade e conveniência da autoridade.
 c) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional

ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.

d) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado, dentre outras hipóteses, em virtude de impugnação do sujeito passivo.

QUESTÃO 09

Quanto à repartição das receitas tributárias, é incorreto afirmar que pertencem aos Municípios:

a) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.

b) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

c) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

d) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

QUESTÃO 10

É incorreto.

a) É vedado aos Municípios cobrar imposto sobre templos de qualquer culto.

b) É vedado aos Municípios cobrar imposto sobre papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

c) A base de cálculo do ITBI (Imposto sobre a transmissão de bens imóveis), de competência tributária exclusiva dos Municípios, é o valor venal dos bens direitos transmitidos.

d) Para fins de IPTU (Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana), considera-se Contribuinte do imposto o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou até mesmo o seu possuidor a qualquer título.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa incorreta:

a) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem é dispensado o processo licitatório.

b) Concessão é uma forma de delegação de serviço público, a título precário, mediante qualquer modalidade de licitação.

c) Autorização é o ato administrativo vinculado ou discricionário, através do qual o Poder Público permite ao interessado o exercício de uma atividade.

d) O contrato de obra pública firmado pela administração pública pode ser de empreitada ou por tarefa.

QUESTÃO 12

A homologação no processo licitatório é:

a) a sua aprovação

b) a sua adjudicação

c) a sua contratação

d) a sua aprovação e contratação

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa incorreta:

a) Os serviços singulares são os serviços de utilidade pública.

b) Os serviços públicos podem ser classificados em delegáveis e indelegáveis.

c) Os servidores públicos podem ser subclassificados em servidores efetivos e comissionados.

d) Os servidores comissionados não prestam concurso público.

QUESTÃO 14

Com relação aos princípios básicos e constitucionais da administração pública, considere:

I) Todo agente público deve realizar suas atribuições com perfeição, presteza e rendimento funcional.

II) Proíbe expressamente a Carta Maior que conste nome, imagem e símbolo que caracterizem promoção pessoal de autoridade e servidores públicos na publicidade de atos, obras, programas, campanhas de órgãos públicos e serviços.

As afirmações correspondem, respectivamente, aos princípios da:

a) moralidade e impessoalidade

b) legalidade e moralidade

c) eficiência e impessoalidade

d) moralidade e publicidade.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa correta:

I – os atos administrativos podem ser classificados em gerais, individuais, internos, externos, de gestão, de império, de expediente, vinculados e discricionários;

II – a culpa e o dolo é elemento indispensável para configurar o ato de improbidade;

III – a representação e apuração do ato de improbidade administrativa somente pode ser apresentada pelo Representante do Ministério Público;

IV – Concurso é a modalidade de licitação para quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes no edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

a) I e IV

b) I, III e IV

c) I, II e IV

d) II e IV

QUESTÃO 16

Sobre modalidades de licitação, é correto afirmar que:

a) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do

recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

b) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

c) Para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, poderá ser adotada a modalidade de licitação por Leilão.

d) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, admitida apenas a cadastrados, escolhidos em número mínimo de 5 (cinco) pela unidade administrativa, a qual os convocará com antecedência de até 30 (trinta) dias da apresentação das propostas.

QUESTÃO 17

O direito de propor ação popular, nos termos da L. 4.717/65, prescreve em:

- a) 5 (cinco) anos.
- b) 10 (dez) anos.
- c) 20 (vinte) anos.
- d) É imprescritível

QUESTÃO 18

Sobre a usucapião especial coletiva de imóvel urbano, nos termos da L. 10.257/01 é correto afirmar que:

- a) As áreas municipais, urbanas ou rurais com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente, sem oposição e com boa-fé, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os compossuidores não sejam possuidores de outro imóvel.
- b) Na sentença que declarar a usucapião especial coletiva de imóvel urbano, o juiz atribuirá igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os condôminos, estabelecendo frações ideais diferenciadas.
- c) O condomínio especial constituído pelos compossuidores usucapientes é divisível, sendo pois passível de extinção, salvo deliberação desfavorável tomada por, no mínimo, dois terços dos condôminos.
- d) O possuidor pode, para o fim de contar o quinquênio exigido para a usucapião especial coletiva de imóvel urbano, acrescentar sua posse à de seu antecessor, apenas quando ambas sejam contínuas e amparadas em justo título e boa-fé.

QUESTÃO 19

Sobre o Mandado de segurança, é correto afirmar que:

- a) É cabível o mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

b) Conceder-se-á mandado de segurança mesmo quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo.

c) O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 90 (noventa) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

d) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.

QUESTÃO 20

Sobre a licitação na modalidade do Pregão, é correto afirmar que:

- a) o prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- b) é vedada a exigência de aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame
- c) é admitida a exigência de garantia de proposta.
- d) é vedada a exigência de pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa incorreta.

- a) As sociedades de economia mista são dotadas de personalidade jurídica de direito privado.
- b) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.
- c) As empresas públicas são dotadas de personalidade jurídica de direito público.
- d) As associações públicas são pessoas jurídicas de direito público.

QUESTÃO 22

É incorreto afirmar que:

- a) Obrigando-se por terceiro uma pessoa, não pode compensar essa dívida com a que o credor dele lhe dever.
- b) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.
- c) Nas obrigações provenientes de ato ilícito extracontratual, considera-se o devedor em mora, desde a sua efetiva citação.
- d) Na sub-rogação legal o sub-rogado não poderá exercer os direitos e as ações do credor, senão até à soma que tiver desembolsado para desobrigar o devedor.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa incorreta:

- a) A cláusula resolutiva expressa ou tácita opera de pleno direito, independentemente de interpelação extrajudicial ou judicial.
- b) As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.

- c) Se ao terceiro, em favor de quem se fez o contrato, se deixar o direito de reclamar-lhe a execução, não poderá o estipulante exonerar o devedor.
d) Para fins de formação do contrato, considera-se presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.

QUESTÃO 24

Sobre as cláusulas especiais aos contratos de compra e venda, é incorreto afirmar que:

- a) Na retrovenda, o vendedor de coisa móvel ou imóvel pode reservar-se o direito de recomprá-la no prazo máximo de 5 (cinco) anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador.
b) Na retrovenda, o direito de retrato, que é cessível e transmissível a herdeiros e legatários, poderá ser exercido contra o terceiro adquirente.
c) Na venda com direito de preempção, o prazo para exercer o direito de preferência não poderá exceder a cento e oitenta dias, se a coisa for móvel, ou a dois anos, se imóvel.
d) O direito de preferência, ou preempção, não se pode ceder nem passa aos herdeiros.

QUESTÃO 25

Sobre os direitos reais de garantia é correto:

- a) A coisa comum a dois ou mais proprietários pode ser dada em garantia real, na sua totalidade, sem o consentimento dos demais co-proprietários.
b) É válida a cláusula que autoriza o credor pignoratício a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
c) A propriedade superficiária não pode ser objeto de hipoteca.
d) O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, em favor do mesmo ou de outro credor.

PROCESSO CIVIL

QUESTÃO 26

A respeito do litisconsórcio e da assistência, é correto:

- a) Há litisconsórcio facultativo, quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.
b) Salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; mas os atos e as omissões de um prejudicarão ou beneficiarão os outros.
c) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente, toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
d) O assistente atuará como auxiliar da parte principal e exercerá os mesmos poderes, mas não se sujeitará aos mesmos ônus processuais que o assistido.

QUESTÃO 27

Suspende-se o processo:

- a) quando a sentença de mérito depender da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente.

- b) quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.
c) quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias.
d) quando ocorrer confusão entre autor e réu.

QUESTÃO 28

Não é título executivo judicial:

- a) a sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que inclua matéria não posta em juízo.
b) a sentença arbitral.
c) o acordo extrajudicial, de qualquer natureza, homologado judicialmente.
d) o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público.

QUESTÃO 29

Quanto aos recursos cíveis é incorreto:

- a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, mesmo sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
b) A apelação será recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que decidir o processo cautelar.
c) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver negado provimento ao recurso de apelação, confirmado assim a sentença de mérito.
d) Da decisão que inadmitir os embargos infringentes caberá agravo, em 5 (cinco) dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.

QUESTÃO 30

A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:

- a) 1º- depósito em dinheiro ou aplicação em instituição financeira, 2º - veículos de via terrestre e 3º - bens móveis em geral.
b) 1º- dinheiro em espécie, 2º - bens imóveis e 3º - veículos de via terrestre.
c) 1º- dinheiro em espécie, 2º - bens imóveis e 3º - bens móveis em geral.
d) 1º- depósito ou aplicação em instituição financeira, 2º - pedras e metais e 3º - bens imóveis.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 31

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO:

- a) independência internacional;
b) prevalência dos direitos humanos;
c) autodeterminação dos povos;
d) não-intervenção;

QUESTÃO 32

Conceder-se-á mandado de injunção:

- a) Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

b) Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdade constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

c) Para proteger direito líquido e certo, não amparado habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

d) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidade governamentais ou de caráter público.

QUESTÃO 33

É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal:

- a) os casos de comunicações telefônicas.
- b) os casos de domicílio sigiloso
- c) os casos de vítima em sigilo
- d) os casos de intervenção política.

QUESTÃO 34

A idade mínima para a elegibilidade ao cargo de prefeito é de:

- a) dezoito anos.
- b) vinte e um anos.
- c) vinte e cinco anos
- d) trinta anos.

QUESTÃO 35

São documentos gratuitos para os reconhecimentos pobres, na forma da lei:

- a) Registro de união de bens
- b) Registro civil de casamento
- c) Certidão de óbito
- d) Certidão de posse

QUESTÃO 36

A manifestação soberana da suprema vontade política de um povo, social e juridicamente organizado é denominado:

- a) Poder soberano
- b) Poder Constituinte
- c) Poder eminente
- d) Poder Representativo

QUESTÃO 37

Os "ALICERCES" da Constituição Federal são os Fundamentos:

- I - Soberania;
- II - Cidadania;
- III - Dignidade da Pessoa Humana;
- IV - Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa;
- V - Pluralismo Jurídico

- a) I apenas não está incorreto
- b) II e III apenas não estão incorretos
- c) III e V apenas não estão incorretos

d) V apenas não está incorreto

QUESTÃO 38

Não têm legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade:

- a) O presidente da República
- b) A mesa do Senado
- c) O prefeito do Município
- d) O Procurador Geral da República

QUESTÃO 39

Quanto a lei orgânica do município, a Constituição Federal determina que:

- a) Deverá ser votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- b) Deverá ser votada em dois turnos, com o interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- c) Deverá ser votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.
- d) Deverá ser votada em dois turnos, com o interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.

QUESTÃO 40

Admitida a acusação contra o Presidente da República, será ele submetido a julgamento, nos crimes de responsabilidade, perante:

- a) A Câmara dos Deputados.
- b) O Supremo Tribunal Federal.
- c) O Senado Federal.
- d) O Congresso Nacional em sessão conjunta.